

Principais Pronunciamentos

Período de 09 a 11/10/2017

Câmara dos Deputados:

Data	Parlamentar/Pronunciamento
Resumo do Pronunciamento	
10/10	Deputada Benedita da Silva (PT/RJ) - Leitura de nota de denúncia sobre o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).
Íntegra do Pronunciamento	
<p>A Sra. Benedita da Silva (PT/RJ) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu venho a esta tribuna para aqui fazer leitura de uma nota de denúncia sobre o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.</p> <p>O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho — Sinaít manifesta veemente repúdio à dispensa do auditor-fiscal do trabalho André Esposito Roston do cargo de Chefe de Divisão de Combate ao Trabalho Escravo da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho. A medida foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira, 10 de outubro.</p> <p>O SINAIT reitera a rejeição à ocupação política de cargos técnicos na Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que é o que se delinea por trás desta exoneração. É, mais uma vez, uma tentativa de interferência na auditoria-fiscal do Trabalho, em uma das áreas mais sensíveis e de maior relevância, que é o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, exemplo e modelo para o mundo. Auditores-fiscais do trabalho desempenham seu papel com independência e no estrito cumprimento da lei.</p> <p>Não foi sem razão que a exclusividade de ocupação de cargos técnicos na SIT por auditores-fiscais do trabalho foi incluída na redação da Medida Provisória (MP 765/2016), que reestruturou a carreira, hoje Lei 13.464/2017. A redação foi aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pela Presidência da República.</p> <p>O veto foi, claramente, uma medida que continua a permitir as investidas políticas sobre a fiscalização, sempre com objetivos de enfraquecer, desestabilizar ou neutralizar ações que contrariem o poder econômico incomodado com a ação dos auditores-fiscais do trabalho.</p> <p>A medida apenas beneficia maus empresários que não cumprem a legislação. É uma invasão à organização da Inspeção do Trabalho, que abre brechas para a nomeação de pessoas estranhas à carreira e à atividade, em confronto com a Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho e com o Regulamento da Inspeção do Trabalho.</p> <p>É público e notório o esforço desenvolvido pelas bancadas ruralista e empresarial no Congresso Nacional para alterar a lei que pune os escravocratas da atualidade, diminuindo o poder de atuação dos auditores-fiscais do trabalho. Não bastasse o drástico corte de recursos promovido neste ano de 2017, que paralisou as ações dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel, ousadamente, reivindicam, agora, um dos cargos mais estratégicos neste combate, o que ameaça a Política Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em curso há mais de 22 anos — posso dizer, há quase 500 anos.</p>	

É intolerável esta interferência. O Sinait não se calará diante de tamanha investida sobre a organização da auditoria-fiscal do trabalho. A denúncia já está feita, as providências para resguardar a autonomia e independência já estão sendo tomadas em todas as instâncias cabíveis.

Mas, Sr. Presidente, eu quero ainda dizer que, na verdade, nós estamos convivendo com uma situação a que assistimos desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, que, quando quis, privatizou a Companhia Siderúrgica Nacional — CSN. Ele mandou para a CSN os militares, que a ocuparam. Lá houve morte de trabalhadores.

Eu me lembro perfeitamente do grande sindicalista Juarez, quando nós aqui brigávamos para que a CSN não fosse privatizada, e eles diziam que ela estava dando lucro, o que era fantástico e extraordinário para o Brasil e para os trabalhadores.

O que vimos que está acontecendo agora na CSN não é nada de se espantar. Não há nada de novo nessa história: estamos vendo que a famigerada reforma trabalhista foi feita para retirar direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A CSN sempre foi uma empresa cujos trabalhadores, dedicados e conscientes, sempre lhe deram lucro. Mas, pós-privatização, ela já não é mais a mesma. E agora, com a reforma trabalhista, querem tornar escravos esses trabalhadores.

Portanto, as medidas que este Governo ilegítimo do Temer tem tomado são só para prejudicar os trabalhadores. Daqui a pouco, nós seremos sabedores de que não apenas a CSN irá perder mais de 1.500 trabalhadores nessa famigerada reforma trabalhista, que disseram que era para empregar os trabalhadores, porque milhões e milhões de empregos surgiriam de uma hora para outra.

Eu acho que vão surgir milhões e milhões de biscates, porque estão dispensando trabalhadores qualificados, trabalhadores que hoje estão produzindo, para colocá-los na sarjeta da mendicância.

Os trabalhadores têm deveres com a família, têm deveres consigo mesmos, têm dignidade. Mas direitos foram tirados da CLT, sobretudo tornando a relação do trabalhador com o empregador no Brasil um trabalho escravo.

Volta Redonda, que costuma dar a volta por cima, estará lá, se reerguendo diante dessas decisões que têm tomado conta do Governo Federal, que não gosta dos trabalhadores brasileiros, não gosta das empresas brasileiras e não gosta, sobretudo, que haja transparência nas suas atitudes.

É por isso que ele não deixa um servidor de competência fiscalizar o trabalho escravo. Já está em conta o pedido de que fosse exonerado esse servidor, o que faz parte do acordo para se votar, na Comissão de Constituição e Justiça, favoravelmente aos interesses do Michel Temer.

Mas nós não ficaremos calados. Estaremos aqui ocupando todo o tempo necessário não só para denunciar os desmandos que estão acontecendo, mas, sobretudo, para dizer em alto e bom som aos trabalhadores que fiquem de olho neste Congresso.

Fora, Temer! O Brasil não quer mais você!



SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407
Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Telefone: (61) 3225.1804

E-mail: informes@queirozassessoria.com.br

www.queirozassessoria.com.br